



caburé
v.4 n.1 (2025)

e-ISSN 2675-2816

Axé para decolonizar a universidade: histórias de insurgências e poéticas educativas do Abí Axé Egbé na Ufal/Campus do Sertão

Axé to decolonize the university: stories of insurgencies and educational poetics of Abí Axé Egbé at Ufal/Campus do Sertão

Gustavo Manoel da Silva Gomes

(Docente do curso de História da UFAL, Campus do Sertão, Doutor em Educação e Diretor do Grupo Abí Axé Egbé)
E-mail: gustavo.gomes@delmilo.ufal.br

Tiêgo Ribeiro Gomes

(Graduado em História pela UFAL, Campus do Sertão, Mestrando em História e Vocalista/Pesquisador do Grupo Abí Axé Egbé)
E-mail: gomestiegoribeiro@gmail.com

Jakson de Jesus dos Santos Lima

(Graduado em Geografia pela UFAL, Campus do Sertão, Bailarino/Pesquisador do Grupo Abí Axé Egbé)
E-mail: santosjakson89@gmail.com

Resumo:

Este artigo narra a história do grupo Abí Axé Egbé enquanto espaço formativo situando-o na trajetória do Campus do Sertão da UFAL. Para tanto, realiza um balanço geral da produção do grupo entre 2013 e 2025 ponderando suas atividades nas diferentes fases de seu desenvolvimento institucional. Além disso, contextualiza o grupo no interior de mudanças de políticas públicas no Brasil nas quais se articulam as lutas históricas do movimento negro, a expansão universitária, a construção de políticas afirmativas para a equidade racial e a emergência de abordagens teórico-práticas latino-americanas de resistências epistemológicas à modernidade/colonialidade e ao racismo na educação.

Palavras-chave: Abí Axé Egbé; Ensino Superior; Decolonialidade.

Abstract:

This article recounts the history of the Abí Axé Egbé group as an educational space, positioning it within the trajectory of the Campus do Sertão at UFAL (Federal University of Alagoas). To this end, it provides an overview of the group's output between 2013 and 2025, situating its activities across different phases of its institutional development. Furthermore, it contextualizes the group within broader shifts in Brazilian public policies, where historical struggles of the Black movement, university expansion, affirmative action policies for racial equity, and the emergence of Latin American theoretical-practical approaches converge. These approaches center on epistemic resistance to modernity/coloniality and racism in education.

Keywords: Abí Axé Egbé; Higher Education; Decoloniality.

1. “Se quer saber quem sou, venha comigo!”¹ Educação e Movimento Negro

40

Os movimentos de resistência da população negra no Brasil são partes latentes de nossa história que ultimamente têm suas narrativas legitimadas cientificamente. Ao investigar o processo de resistência e enfrentamento ao racismo a pesquisadora negra Nilma Lino Gomes analisa os processos de luta coletiva afro-brasileira, sobretudo a partir da atuação contemporânea do Movimento Negro (MN), compreendido não só como um movimento social de aglutinação e mobilização política de pessoas negras, mas também como um agente sociocultural que produz, sistematiza e difunde epistemologias e saberes das populações negras, criando referências para experienciarmos uma (re)educação das nossas relações étnico-raciais na perspectiva do antirracismo.

Segundo Gomes (2017) o MN é uma articulação coletiva e ampla, cujos objetivos explícitos incluem: o enfrentamento e superação do racismo, a afirmação e valorização da cultura afro-brasileira, a desconstrução das barreiras raciais que limitam a plena participação da população negra em todos os âmbitos sociais e a consideração de outros

¹ Os títulos das seções deste artigo são versos das músicas autorais do Abí Axé Egbé compostas por Gustavo Manoel da Silva Gomes, por isso elas aparecem entre aspas. São mencionadas a fim de estimular leitores/as estética e politicamente em nossa reflexão. A cada seção correspondem às respectivas músicas: 1) “Se quer saber quem sou”, 2) “Abí Axé Egbé, o primeiro” e 3) “Abí Axé Egbé na Avenida”.

enfrentamentos numa sociedade atravessada pelo patriarcado, LGBTfobia e capitalismo entre outros fatores que produzem hierarquização e subalternização dos sujeitos. Dessa forma o movimento é identificado como um sujeito histórico, que se coloca no jogo das relações de poder em diversos níveis produzindo tensão para alcançar seus objetivos.

O MN reúne diversos grupos políticos e socioculturais, marcados não só por consensos, mas também por disputas, revisões e atualizações ao longo de sua trajetória. Mas, nos séculos XX e XXI, alguns pontos convergiram: a construção de Zumbi dos Palmares como herói nacional, a instituição do 20 de novembro como data de celebração da identidade negra, a luta pela criminalização do racismo e a crítica ao papel da escola na reprodução das desigualdades raciais (SILVA JR, 2007; GOMES, 2017).

Tais consensos marcam o MN como produtor de saberes, e, portanto, um “[...] sujeito de conhecimento [...]” (GOMES, 2017, p. 28). Numa sociedade como a brasileira constituída estruturalmente pelo racismo (ALMEIDA, 2019), onde a lógica epistemicida² anula a pessoa negra como sujeito epistêmico (CARNEIRO, 2005), é importante evidenciar como as articulações coletivas negras produziram saberes e como o MN se constituiu como um produtor de conhecimento e educador da sociedade (GOMES, 2017).

Exemplo disso é a contribuição do movimento em relação ao aprofundamento da concepção de raça quando “[...] interpreta afirmativamente a raça como construção social [...]” (Op. Cit. p. 22) e comprehende o racismo como elemento estrutural e estruturante da sociedade brasileira. Essas produções conceituais gradualmente passam a integrar as análises sociológicas e o debate entre os criadores de políticas públicas (GOMES, 2017).

Nessas reflexões epistêmicas o MN lutou pela educação para população negra, visto a história de sua negação institucional para essa categoria, mas requerendo-a, agora, como um bem público. Exemplo disso é que desde o contexto de 1888, com o pós-abolição, e de 1889 com a Proclamação da República, a luta da população negra ainda é por cidadania plena e acesso à educação para superar o analfabetismo, inserção no mercado de trabalho e superação das desigualdades socioeconômicas, culturais e políticas (DOMINGUES, 2008). É graças à atuação política de coletivos negros que a educação se torna um direito constituído também pela e para a população negra no Brasil (GOMES, 2017).

As lutas por educação e a articulação epistêmica do MN continuaram através do início do século XX: a imprensa negra estabeleceu-se como um espaço de produção de conhecimentos libertadores acerca das questões raciais e das condições existenciais da

² É a lógica cuja base é o epistemicídio, ou seja, a desclassificação, invalidação, silenciamento e/ou apagamento dos saberes e da forma de produção de saberes de um povo (CARNEIRO, 2005).

comunidade afrodescendente, desconstruindo o paradigma racista que atribuía aos negros uma posição de suposta incapacidade intelectual (SOUZA, 2005).

A Frente Negra Brasileira (1931), o Teatro Experimental do Negro - TEN (1944-1968) e o Movimento Negro Unificado - MNU (1978-até o presente), são exemplos do papel educador do MN. Estabelecendo críticas à democracia brasileira que conserva desigualdades raciais, e que, mesmo tendo sido administrada por diferentes perfis de governos políticos: tenham sido de esquerda, de centro ou de direita; tenham sido nos períodos democráticos ou nos autoritários, preservou e atualizou mecanismos de hierarquização em que classe, raça, gênero e sexualidade limitam cidadanias. Mas não só. Além de sistematizar críticas, o MN elencou pautas e propostas; encabeçou lutas, elaborou conceitos, argumentos, sistemas explicativos, narrativas, projetos de leis etc.

Durante o regime militar brasileiro, por exemplo, o MN narrou uma histórica crítica para entender a realidade de população negra desde a escravidão e de seu enlace com a diáspora africana a partir do conceito de raça como construção social (CARDOSO, 2002). Esse período teve uma ampla organização de atividades e grupos negros. A confluência de vários desses coletivos em uma única entidade, ocorreu em 1978, com a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial - MUCDR em São Paulo/SP e, um ano após renomeado como Movimento Negro Unificado (PINHO, 2003).

42

No contexto de abertura democrática ocorreu a Assembleia Nacional Constituinte e a produção da Constituição Federal (1988) marcadas por influências do MN, que tem como principais conquistas desse período a criminalização do racismo, delito inafiançável e imprescritível na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XLII, e posteriormente na Lei nº 7.716/1989. Na educação o MN tem cada vez mais ativistas formados em nível de graduação e pós-graduação. Esses pesquisadores estudavam a população negra no mercado de trabalho, o racismo na escola, analisavam o Livro Didático, desenvolveram novas pedagogias e salientaram a importância da História da África nos currículos.

A década de 1990 teve na Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, no Cidadania e a Vida (1995), e na assinatura do Programa para Superação do Racismo e da Desigualdade Étnico-raciais o desenvolvimento de propostas de ações afirmativas.

Nos anos 2000 foram marcados pela III Conferência Mundial Contra o Racismo e a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (África do Sul, 2001, ONU), quando o Brasil assinou o Plano de Ação de Durban reconhecendo internacionalmente a existência de racismo institucional e se comprometendo a estabelecer políticas afirmativas na educação e no trabalho. Isso se desdobrou na criação

das Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR em 2003, na sanção da Lei nº 10.639/2003 e nas políticas de cotas em algumas universidades.

O MN também se articulou em nível partidário para estabelecer acordos e negociações que atendessem as suas demandas, o que resultou na gestão de políticas públicas de ação afirmativa e promoção da igualdade racial desenvolvidas entre o ano de 2003 ao ano de 2016. As contribuições do MN tiverem um efeito pedagógico sobre a sociedade brasileira, fazendo nossa população conhecer sobre questões raciais, estimulando o combate ao racismo, e visibilizando o protagonismo de pessoas negras que, historicamente, são maioria no Brasil (GOMES, 2017).

Essa perspectiva histórica nos faz perceber que aquilo a que chamamos de MN corresponde a uma pluralidade de instituições criadas por pessoas negras, compostas majoritariamente por elas, e que assume compromissos e perspectivas epistemológicas, éticas, estéticas e políticas de combate ao racismo, de valorização à ancestralidade e às identidades negras plurais, criando condições para a mobilidade e transformação social de pessoas negras pela ótica da inclusão e equidade (Idem. Op. Cit.).

Nesse sentido, percebemos que o Afoxé que funciona também como Equipamento Cultural da UFAL e Grupo de Estudos, Pesquisas, Extensão e Arte Sobre História e Cultura Negra no Sertão Abí Axé Egbé, em alguma medida, se encaixa no perfil de MN traçado pela professora Dra. Nilma Lino Gomes: o caráter explícito de superação do racismo; a organização coletiva; a consideração de uma sociedade atravessada por desigualdades raciais e correlatas que produzem diversas subalternizações a expressão estética de uma ancestralidade preta com lógicas culturais próprias. Nesse sentido o Abí Axé Egé é uma célula do MN, constituído coletivamente dentro da universidade pública sob liderança, do professor historiador Dr. Gustavo Manoel da Silva Gomes um homem negro, homossexual, candomblecista e natural de Recife, incorporado no MN a partir dos afoxés recifenses desde muito antes de seu ingresso como docente da Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão, no município de Delmiro Gouveia (AL).

O grupo Abí Axé Egbé surge dessa subjetividade negra no território sertanejo que reivindica uma reflexão crítica sobre as relações étnico-raciais no contexto e cotidiano da cidade, pensa o posicionamento da universidade e formula uma proposta que atenda as exigências formais da instituição universitária, na demanda de fazer extensão e formar professores habilitados para discutir questões étnico-raciais; mas também de cumprir com o um dever ético, estético, epistêmico, sensível e político no fazer pedagógico que produza consciência racial, emancipação social e uma crítica ao colonialismo. Tudo isso

deslocando e ampliando as experiências formativas dos professores através das estratégias e processos criativos e expressivos dos Afoxés. Como diria Santana (2000), promovendo uma espécie de “carnavalização da educação”.

2. “O meu lindo afoxé vai aonde o povo está”: notas históricas sobre o Abí Axé Egbé

Popularmente conhecido apenas pela expressão iorubá, *Abí Axé Egbé*³, ou apenas *Abí Axé*, este é um grupo de cultura negra vinculado à UFAL – Campus do Sertão (UFAL) e que desenvolve atividades de ensino, extensão, estudo, pesquisa, publicações e artes nas áreas da Educação para as Relações Étnico-Raciais; História e Cultura Afro-Brasileira.

A criação do Abí Axé Egbé está ligada ao cenário político-educacional brasileiro do início do século XXI, marcado pelas conquistas de reivindicações do MN acumuladas até a década de 2000 e pelas políticas de expansão universitária dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), especialmente o REUNI (Decreto nº 6.096/2007), que possibilitou a interiorização de *campi* federais (GOMES, 2018). Naquele contexto o município de Delmiro Gouveia, com IDH baixo (0,531 em 2010) e população majoritariamente negra (74,68% em 2022), apresentava um cotidiano baseado em práticas racistas, com violências simbólicas e materiais contra pessoas e espaços de memória negra, tais como: a estigmatização de terreiros e a negativação semântica da negritude que (ainda) podam a condições de identificação como negro ou preto (GOMES, 2018).

Naquele cenário de mudanças paradigmáticas na educação a UFAL desenvolveu em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2008-2012) o compromisso com a intervenção na realidade para criação de ambientes e mecanismo de mudança social, instituindo uma política pedagógica específica como prática emancipatória. As urgências regionais e o discurso institucional favoreceram as condições históricas para a criação do Abí Axé Egbé.

Fundado em 2013 pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes, o grupo surgiu como projeto de extensão vinculado ao curso de História da UFAL - Campus do Sertão, ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Diversidade e Educação do Sertão Alagoano (NUDES) e à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX-UFAL), com o título "Abí Axé Egbé: músicas e danças afro-brasileiras construindo a cidadania no sertão alagoano". Com objetivos

³ A tradução significa: “Nasce a Força da Comunidade”. Representa o compromisso de luta contra o racismo diante do conservadorismo percebido no alto sertão, bem como o caráter coletivo e comunitário dessa luta.

centrais de formar professores para atuar com relações étnico-raciais, combater estereótipos racistas e produzir conhecimento afrocêntrico (GOMES; SANTOS, 2019).

Entretanto, a atuação do projeto de extensão não ocorreu de forma harmônica. Durante os seus primeiros anos, conforme as informações sobre o grupo eram comentadas pela cidade de Delmiro Gouveia, geravam-se reações como: narrativas caluniosas que circulavam dentro e fora da universidade (salas de aula, corredores, pátios, lanchonete e biblioteca, ponto das vans, programa de rádio de caráter confessional, bares, praças e círculos familiares etc.). Essas narrativas eram veiculadas em tom denunciativo acerca de um "[...] suposto "grupo de macumba" criado na universidade" (GOMES, 2019, p. 24). O reflexo desse contexto eram dois movimentos distintos, de acordo com Gomes (2018):

“[...] de um lado, alunos da graduação curiosos quanto ao projeto, com vontade de participar, mas com medo de realizar a dita “macumba” ou serem estigmatizados como macumbeiros e, de outro lado, alunos que já participavam do projeto discutindo verbalmente com aqueles que os maldiziam” (GOMES, 2018, p. 23).

Essas dinâmicas evidenciam o caráter político do discurso, que se insere nas estruturas de poder, materializando-se como uma luta pela verdade, por meio de mecanismos de significação e controle que regulam tanto os desejos individuais quanto as relações sociais (FOUCAULT, 2014; GOMES, 2018, 2019). Então, o contexto do racismo no cotidiano da cidade, funcionou não só como motivação para a criação do projeto a fim de combatê-lo, mas também tensionou e ameaçou a própria existência e funcionamento do projeto. Entretanto, a história do grupo ilustra exemplos de estratégias de enfrentamento e resistência a esses atos, demonstrado que as relações racistas ainda persistem, mas, mesmo sendo hegemônicas, não são absolutas e precisam ser combatidas.

No período de 2013 a 2017, para além das atividades burocráticas típicas de uma universidade, o grupo estabeleceu como parte de suas estratégias pedagógicas e políticas interagir com a sociedade civil para realizar a extensão acadêmica: 1) a execução de oficinas de canto, dança, percussão, estética negra; 2) a elaboração e produção de figurinos, adereços e artesanato; 3) a realização de intercâmbios culturais com profissionais de referência de outros grupos artísticos negros – a fim de garantir a formação de um corpo artístico qualificado para as apresentações artísticas e a vivência sensível da cultura afro-brasileira como parte do processo formativo para cidadania e docência; 4) a produção de registros de seu desenvolvimento histórico através de

fotografias, vídeos, projetos, relatórios, relatos dos participantes, emissão de declarações e certificados, produção de documentários e de conteúdos para as mídias digitais; 5) oficinas e apresentações artísticas gratuitas em diversos eventos culturais, sobretudo, em escolas e universidades públicas; 6) evento científico voltado à formação docente para relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, pesquisas em nível de graduação e pós-graduação e publicação científica.

O coletivo desenvolve práticas estudos e pesquisas sobre questões diversas em torno das relações raciais (com ênfase na negritude), principalmente no espaço do sertão, organizando discussões de textos científicos, midiáticos e artísticos, excursões pedagógicas (Serra da Barriga, União dos Palmares-AL - 2013, 2014; e Salvador 2015), produção de relatórios, artigos científicos, comunicações orais, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado.

A articulação das ações de estudo, pesquisa, ensino e atividades artístico-culturais são contextualizadas como práticas de formação docente. Na fase inicial o caráter formativo do coletivo se afirmava também pela parceria com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de licenciatura em História (UFAL-Campus do Sertão) com o título “História da África e da Cultura Afro-Brasileira na sala de aula: interações éticas e estéticas” (2014-2016) coordenado simultaneamente pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes, que integralizava as ações do PIBID com as do Abí Axé Egbé. A culminância dessas ações formativas ocorreu com a promoção do I Ciclo de Formação Docente do Abí Axé Egbé (2016)⁴ com o tema “Repensando a África e a Cultura Afro-brasileira” (GOMES, 2018, 2019). Foi nesse evento onde aconteceu a primeira exibição do documentário produzido pelo grupo, intitulado “Abí Axé Egbé: nasce a força da comunidade”, dirigido por Ellen Santos e Krystila Costa, ambas, à época, integrantes do PIBID, enquanto bolsistas e voluntárias do Abí Axé Egbé. Nesse mesmo evento estreou o segundo espetáculo do grupo intitulado “Mundo Negro”.

Neste percurso em que foram somadas a prática de arquivar e preservar os documentos da memória do coletivo, o reconhecimento público da importância do grupo

⁴ O Ciclo de Formação Docente do Abí Axé Egbé acontece bienalmente. Entre 2016 e 2024 foram realizados quatro Ciclos (2016, 2018, 2022 e 2024). É um evento totalmente gratuito que, oferta formação continuada sobre relações étnico-raciais para professores da educação básica na região, do Estados limítrofes: Bahia, Pernambuco e Sergipe e todo alto sertão alagoano, assim como os estudantes de graduação da UFAL-campus do sertão, em especial os das licenciaturas., onde reúne especialistas em mesas redondas, minicursos, oficinas, cine-debates e apresentações artísticas. Trata-se de um momento formativo onde se compartilham os resultados de pesquisas, práticas de ensino, abordagens teóricas e práticas e a estreia dos espetáculos artísticos do grupo.

e o perfil de uma nova gestão institucional, fundamentou-se a consolidação institucional do Abí Axé Egbé que foi elevado à categoria de Equipamento Cultural da UFAL através da Portaria nº 28 de 14 de janeiro de 2018 assinada pela Magnífica Reitora Valéria Correia (mandato 2016-2019). Iniciava-se nova fase no desenvolvimento histórico do grupo. Nesta condição de Equipamento Cultural da UFAL, o grupo conseguiu via PROEX/UFAL a abertura de processo seletivo específico para bolsistas o “[...] edital público nº 18 de 08 de junho de 2018 ofertou 20 bolsas, sendo 10 para cotistas negros. Foram selecionados 12 estudantes⁵” (GOMES, 2019, p. 9).

As atividades do Abí Axé expandiram-se em todas as suas frentes de atuação. Na área artística cultural registramos quatro espetáculos apresentados e um em construção: inicialmente, Abí Axé Egbé, (2014)⁶ e Mundo Negro (2016); já enquanto Equipamento Cultural da UFAL estreou-se o espetáculo e Reexistências (2018)⁷ e foram iniciados também os cortejos carnavalescos do grupo enquanto Afoxé referendando a cultura negra no espaço público e festivo da cidade. Em 2022, retomando as atividades presenciais pós a pandemia da COVID-19, estreou-se o espetáculo Abí Axé Egbé, o primeiro. O espetáculo intitulado “Nossas Narrativas: ancestralidade, amor e lutas”, está sendo preparado para estrear em 2025.

Até este mesmo ano, na área da pesquisa, foram realizadas vinte e cinco comunicações orais, vinte três artigos, vinte TCCs, oito dissertações e o livro "Ser(tão) Negro com o Abí Axé Egbé: estudos e pesquisas interdisciplinares sobre as presenças negras no sertão alagoano" lançado na 9º Bienal Internacional do Livro de Alagoas – 2019. Enquanto extensão foram executados intercâmbios culturais com os afoxés pernambucanos Alafim Oyó (2024) e Oxum Pandá (2025). Os impactos nas subjetividades dos integrantes têm sido estudados em publicações que analisaram narrativas dos componentes produzidas entre 2015 e 2018 e que revelaram resultados importantes, tais como: os integrantes não-negros assumindo compromissos antirracistas e os negros fortalecendo identidades e atuação política (GOMES; SANTOS, 2019).

Durante a Pandemia da Covid-19, as atividades do grupo não foram suspensas, pois elas cumpriam não só uma atividade acadêmica, mas um elo de fortalecimento comunitário, de mobilização, aprendizado e lazer entre seus integrantes. Naquele

⁵ Todos os inscritos no processo seletivo foram aprovados. Não houve inscritos suficientes para o quantitativo de bolsas disponíveis.

⁶ Após a estreia o Abí Axé Egbé foi convidado para desfilar junto ao Afoxé Omô Obá Dê, de Recife-PE.

⁷ Que foi levado à Semana de Direitos Humanos da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) – Campus Palmas em outubro de 2018.

momento, o grupo realizou uma espécie de “virada digital” em suas plataformas como Instagram e You Tube, intensificando a quantidade de atividades virtuais e qualificando-as em termos teóricos, práticos e estéticos para ampliar o alcance de públicos maiores e mais diversos a partir de lives com oficinas de dança-afro, maquiagem para pele negra, artesanato, turbantes e, posteriormente, sobre temas de pesquisa acerca das relações raciais em Alagoas e no Brasil.

O processo de consolidação institucional iniciado em 2018 com o reconhecimento do status de Equipamento Cultural se desenvolveu até 2021 com a expansão das atividades descritas. O próximo movimento estratégico foi a consolidação da expansão acadêmica entre os anos de 2022 a 2025 com o desenvolvimento de práticas de estudo e pesquisa aliado à formação em nível de doutorado de alguns de seus membros e ao ingresso da professora Dra. Luana Tieko Omena Tamano ao grupo. Essa reestruturação do Abí Axé Egbé a partir de 2022 oficializou o “Grupo de Estudos, Pesquisas, Extensão e Arte Sobre História e Cultura Negra no Sertão Abí Axé Egbé”, como grupo de pesquisa da UFAL organizado em cinco linhas centradas em diferentes temas⁸.

Esta nova fase tem possibilitado a submissão de projetos de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científicas (PIBIC): “Dispositivos, Narrativas e Práticas: análise das (re)configurações do ensino de história e cultura afro-brasileira no sertão alagoano (2003-2023)”, proposto em 2022 e “Uma Gira Epistemológica para o Ensino de História: contribuições teórico-metodológicas, éticas, estéticas, epistemológicas e políticas das Pedagogias Insurgentes para o Ensino de História na contemporaneidade”, proposto em 2024 pelo docente Gustavo Gomes; e o projeto “Saúde e Doença dos Escravizados Negros em Alagoas (Século XIX): políticas de saúde e higiene pública”, proposto pela docente Luana Tamano. Entretanto, apenas em março de 2025 é que o professor Gustavo Gomes conseguiu cadastrar o grupo de estudos do Diretório de Grupos de Estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) legitimando-se o Abí Axé Egbé como espaço de sistematização de saberes teóricos, práticos e analíticos no campo das pesquisas científicas.

Entre 2013 e 2025 o Abí Axé Egbé consolidou-se como espaço plural de memória negra, produção acadêmica e arte engajada, articulando extensão, pesquisa e ensino. Sua trajetória reflete as lutas do movimento negro por reconhecimento institucional e a

⁸ Linha 01 – Ensino de História, Educação e Relações Étnico-Raciais; linha 02 – Escravidão, Pós-Abolição e Mestiçagem; linha 03 – Religiões e Religiosidades Negras; linha 04 – Gênero, Raça e Movimentos Sociais; e linha 05 – Linguagens, Expressões Artísticas e Patrimônio Cultural Negro.

resistência contra o racismo no sertão alagoano, cumprindo o papel da universidade pública como instrumento de emancipação (PAULA, 2013). Seus desafios incluem a superação de limitações infraestruturais, como a disponibilidade de uma sala no Campus do Sertão, de logística e a ampliação de políticas de permanência para seus integrantes.

3. “Com o abi axé na avenida eu vou! Eu vou! No toque do ijexá ao ritmo do agogô”: uma reflexão sobre o Abí Axé Egbé e a sua decolonialidade que ensina e forma

Para Hall (1992) os movimentos políticos produzem movimentos teóricos, afinados às lutas por transformação social. São, portanto, movimentos teóricos que emergem de acordo com as condições políticas de cada tempo. Catherine Walsh (2013) e seus pares teóricos fazem parte de uma movimentação como essa e tem como afinidades a crítica à colonialidade. Um fenômeno aqui entendido como um padrão de poder gestado na modernidade ocidental e difundido até a atualidade a partir de inúmeros mecanismos de colonização, não somente os econômicos, políticos e jurídicos, mas também mentais. Apesar de existirem resistências ao poder da colonialidade por parte dos grupos historicamente subalternizados, o que não a possibilita ser absoluta e totalizante, ela continua a ser um padrão hegemônico de uma organização social pautada em desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade que se estende à cultura.

Walsh destaca que a colonialidade não será superada somente pela identidade cultural, mas por uma crítica às condições ontológicas e existenciais de racialização, pelo desenvolvimento de uma práxis crítica que não é fechada em si mesma, mas um processo contínuo de reflexão e ação, que transgrida, desafie e interrompa o sistema colonial a partir da crítica às condições de criação dos sujeitos subalternizados historicamente. A autora propõe a construção de um projeto aberto chamado de decolonialidade, que não se trata de romper completamente com a colonialidade do poder, pois segundo a autora isso não é possível: “[...] no existe un estado nulo de la colonialidad, sino posturas, posicionamientos, horizontes y proyectos de resistir, transgredir, intervenir, in-surgir, crear e incidir.” (WALSH, 2013, p.25). A decolonialidade é, portanto, a construção de alternativas, possibilidades de insurgência contra o estabelecido colonial. São os esforços de exercer tensão e rompimentos com a ordem moderna ocidental/colonial/racista/patriarcal apesar da estruturante atuação dessa mesma ordem.

Uma possibilidade para pensar esse projeto é a pedagogia entendida não num sentido instrumental de pretensa transmissão de conhecimento, mas numa perspectiva

freiriana, como importante metodologia que ultrapassa as fronteiras da educação e espaços escolarizados e se torna “[...] *metodología imprescindible dentro de y para las luchas sociales, políticas, ontológicas y epistémicas de liberación.*” (WALSH, 2013, p. 29). Dessa forma as pedagogias (no plural mesmo) são práticas comprometidas politicamente, estratégias e metodologias que se constroem enquanto resistência e insurgência para re-existência e re-humanização considerando-se cosmo-sensibilidades historicamente negligenciadas.

É certo que, na história do ocidente colonizado, a educação é um dispositivo de poder disciplinar e a escola uma instituição de mesmo gênero (FOUCAULT, 2011). Porém como todo dispositivo possui caráter conjectural e ambíguo, a educação também foi subvertida por diversos grupos subalternizados para os seus fins no jogo do poder. Nesse sentido, o historiador e educador Gustavo Gomes (2020), baseado em Foucault, caracteriza a educação como um campo de disputa constituído também por uma positividade do poder materializada na atuação de grupos subalternizados, como o movimento negro. Para o autor, construiu-se uma positividade negra que recriou a disciplina escolar a fim de instruir, treinar e subjetivar pessoas na luta contra um valor ético basilar da modernidade/colonialidade e da própria escola enquanto instituição moderna: o racismo.

A educação como expressão de resistências, insurgências e rebeldias que tencionam a ordem moderna/colonial não é um fenômeno recente. Contrariamente, é um amálgama plural de estratégias pedagógicas exercidas pelos nossos ancestrais que coletivamente criaram condições de sobrevivência apesar da empreitada colonial de morte e desumanização (WALSH, 2013).

Para criar pedagogias decoloniais é necessário o exercício da interculturalidade crítica que, segundo a educadora significa:

Por tanto, su proyecto no es simplemente reconocer, tolerar o incorporar lo diferente dentro de la matriz y estructuras establecidas. Por el contrario, es implosionar-desde la diferencia-en las estructuras coloniales del poder como reto, propuesta, proceso y proyecto; es re-conceptualizar y re-fundar estructuras sociales, epistémicas y de existencias que ponen en escena y en relación equitativa lógicas, prácticas y modos culturales diversos de pensar, actuar y vivir. Por eso, el foco problemático de la interculturalidad no reside solamente en las poblaciones indígenas y afrodescendientes, sino en todos los sectores de la sociedad, con inclusión de los blanco-mestizos occidentalizados (WALSH, 2009, p. 79).

Reconhecer a estrutura colonial/racista e pensar a partir dela, é uma proposta de mudança estrutural ampla que faz parte das bases das pedagogias decoloniais (WALSH, 2009). O elemento racial é central na exploração e dominação colonial, sendo a raça uma categoria ligada a colonialidade do ser (QUIJANO, 2005) que conforme Mbembe (2018) desenvolve uma destruição ontológica dos sujeitos não-brancos. Como na instituição da escravidão moderna em que transformava o ser negro africano em mercadoria e fundamentou a primeira fase do capitalismo. Esse processo de subjugação se articulava pelo ideário de humanismo universal, entendendo o homem europeu como a referência de humanidade não se pretende somente como uma exploração econômica dos corpos, mas pretende inferiorizar os saberes e o próprio corpo negro como sujeito epistêmico, caracterizando o epistemicídio (CARNEIRO, 2005; RODRIGUES JUNIOR, 2017).

Segundo Hall a “[...] raça é uma construção política e Social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo [...]” (HALL, 2003, p. 69). Esse elemento se desenvolve em dimensão estruturante no processo colonial americano como todo (QUIJANO, 2005). No Brasil, como vimos, o Movimento Negro é um desses agentes que contribui para a (re)educação da sociedade fazendo a leitura estrutural e estruturante do racismo como um artefato da educação (Gomes, 2017).

Segundo Almeida (2019) o projeto nacional brasileiro, mesmo em sua perspectiva republicana se estabeleceu a partir de díspares parâmetros de cidadania, se perpetrando em um sistema de direito dissimétrico onde o critério racial foi importante para os posicionamentos hierárquicos dos sujeitos no tecido social, então o racismo é um sistema de racionalidade que funciona como um valor ético e fundamenta estruturas da sociedade brasileira estabelecendo práticas pessoais e institucionais que se desdobram na gestão de assimetrias sociais baseadas na ideia de raça. Lino Gomes (2017) cita o racismo e suas características particulares no Brasil: é velado e é através dessa invisibilidade que ele se afirma. É estrutural. Tem com elemento importante a ideia de democracia racial que estabelece uma lógica de apagamento e homogeneização das diferenças produzindo inferiorização racial.

Para Rufino (2017) o cruzamento da consciência desse poder colonial e de sua não rendição a essa estrutura é o que produz a sua proposta decolonial: a Pedagogia das Encruzilhadas, que se articula como sabedorias subalternizadas pela lógica moderna ocidental epistemicida como esquecimento, descredibilidade e desvio. Essa sabedoria

procura brechas na linha epistêmica abissal que classifica a ciência como único poder legítimo e as alternativas de saber como não-existência, por isso ela é uma sabedoria de fresta e de cruzamento (RODRIGUES JUNIOR, 2017).

Lino Gomes (2017) também reflete sobre como podemos propor uma ruptura com a ordem hegemônica ocidental e racista, que se materializa na abordagem das pedagogias das ausências e das emergências. A pedagogia das ausências evidencia o processo colonial de construção do apagamento, silenciamento e esquecimento epistêmico. Em outras palavras é a reflexão e problematização dos processos lacunares. Já a Pedagogia das Emergências reconhece e torna credíveis os saberes subalternizados. Como trata a educadora, esses saberes são emancipatórios, sobretudo para pessoas negras, pois são identitários, políticos e estético-corpóreos. São científicos, mas também os sabores, gestos, cores, aromas, experiências, memórias, sentimentos, estética, sabedoria etc. cuja abordagem adequada nos possibilita desconstruir o racismo e aprender com as cosmosensibilidades negras sobre nossa relação conosco e com o mundo (GOMES, 2017).

A Pedagogia das Encruzilhada é um exemplo que tenciona e atravessa as brechas da linha abissal. Para nós, outro exemplo de pedagogia decolonial é percebida na práxis existencial do Abí Axé Egbé, pois não só remonta às condições históricas estabelecidas como as conquistas no campo educacional com destino à população negra no Brasil que ocorreram em função da atuação do MN, mas, sobretudo, pelo seu compromisso presente e por seu projeto de futuro. Na sua dimensão temporal articulam-se ações de ensino, pesquisa e extensão na luta explícita contra o racismo através da produção científica e letrada, da articulação e registro de memórias e saberes ancestrais, da corporeidade, estética, ludicidade, afetividade, coletividade e compromisso político de insurgência e resistência epistemológica aos velhos formatos a que estamos acostumados nas instituições universitárias brasileiras e que, mais nos acomodam à modernidade/colonialidade do que nos fazem romper com ela. Por isso, também, tanto estranhamento a uma experiência formativa de professores que seja assumidamente afrocentrada e que conte coleste não só os livros e tecnologia de pesquisa, mas também instrumentos musicais; palavras, textos, sons, imagens, movimentos na (re)construção de saberes profissionais-cidadãos. Formar professores não é uma aventura apenas científica e política. É também uma aventura ética, estética e epistemológica.

Percebe-se como fundamento das pedagogias decoloniais encontram-se perspectivas e compromissos antirracistas. Elas nos ajudam a entender a experiência do

Abí Axé Egbé, pois, de forma preliminar, observamos o grupo e suas fontes disponíveis, o que nos fez buscar por teorias que nos auxiliassem a interpretar a experiência prática que esse grupo desenha na história do Campus do Sertão da UFAL e da expansão universitária em Alagoas.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. 3.reimp. São Paulo:Pólen, 2019. 264 p.
- CARDOSO, Maurício. **O movimento negro**. Belo Horizonte: Mazza, 2002.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DOMINGUES, P. **Um "templo de luz": a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação**. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 13, n. 39, p. 517-534, set./dez. 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014. 80 p. (Coleção Leituras Filosóficas).
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GOMES, G. M. da S. **Extensão acadêmica, cultura afro-brasileira e ensino de história: interações éticas e estéticas de uma experiência sertaneja**. *Revista Extensão*, Palmas, v. 2, n. 1, p. 16-26, 2018.
- GOMES, G. M. da S. **Experiência e subjetivação a partir da cultura afro-brasileira: narrativas da formação de professores de história no sertão alagoano**. In: ENCONTRO HISTÓRIAS E PARCERIA, 2., 2019. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2019.
- GOMES, G. M. da S. . **Saberes e narrativas docentes: memórias e experiências do ensino de história e cultura afro-brasileira do sertão alagoano**. 2020. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.
- GOMES, G. M. da S. . **Arte, ciência e engajamento: extensão acadêmica e ações formativas do equipamento cultural da UFAL Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé**. In: BARBALHO, José Ivamilson Silva (Org.). *10 anos da UFAL Campus Sertão*. Maceió: EDUFAL, 2021. p.181-193.
- HALL, Stuart. **Race, culture, and communications: looking backward and forward at cultural studies**. *Rethinking Marxism*, v. 5, p. 10-18, 1992.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 352 p.
- PAULA, João. **A extensão universitária: história, conceitos e propostas**. *Interfaces - Revista de Extensão*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

- PINHO, O. S. A. **O sol da liberdade: movimento negro e a crítica das representações raciais.** *ComCiência: revista eletrônica de jornalismo científico*, Campinas, n. 43, 2003.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.
- RODRIGUES JUNIOR, Luiz Rufino. **Exu e a pedagogia das encruzilhadas.** 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- SANTANA, Moisés de Melo. Olodum: carnavalizando a educação - curricularidade em ritmo de samba-reggae. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS, Ellen Cirilo; GOMES, Gustavo M. da Silva (Org.). **Ser(tão) negro com o Abí Axé Egbé: estudos e pesquisas interdisciplinares sobre as presenças negras no sertão alagoano.** Maceió: EDUFAL, 2019. 199 p.
- SILVA JÚNIOR, H. **Debates atuais: cotas para negros nas universidades.** In: ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. (Orgs.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. p. 431-433.
- SOUZA, Florentina. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- WALSH, Catherine. **Introducción - lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos.** In: WALSH, Catherine (Ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I*. Quito: Abya-Yala, 2013.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, J.; TAPIA, L.; WALSH, C. (Orgs.). **Construyendo interculturalidad crítica.** La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2009. p. 75-96.